



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

# INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 215

ÉTICA E POLÍTICA: UMA NOTA APRESSADA

José Luis Fiori

Setembro/1989

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

ÉTICA E POLÍTICA: UMA NOTA APRESSADA\*

José Luís Fiori

Setembro/1989



43 - 016562

- 
- (\*) Essas anotações são efetivamente apressadas. Reúnem os comentários que desenvolvemos a partir da comunicação do Prof. Wanderley Guilherme dos Santos, Poder, Propriedade, Ética, apresentada no Seminário sobre "Ética e Política: A Praxis Política na Sociedade Brasileira", promovido pelo Centro João XXIII de Investigação e Ação Social e pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, e realizado em Teresópolis, Rio de Janeiro, entre 24 e 27 de agosto de 1989. Foram pensadas sob o impacto da comunicação e ao sabor da discussão que lhe seguiu. Por isso, mesmo que depois reorganizadas, guardam uma forma ainda polêmica e imprecisa.

UFRJ/CCE/BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN  
DATA: 17/04/90

Nº DE 34054-5

NÚMERO NO SISTEMA:  
CÍRCULO DE BARRAS:

88439

S  
UFRJ/IEI  
TD 215

FICHA CATALOGRÁFICA

Fiori, José Luis

Ética e política; uma nota apressada/José Luis Fiori. — Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989, 14p.; 21cm. — (Texto para Discussão/IEI/UFRJ; n. 215)

1. Capitalismo — Aspectos morais e éticas, 2. Valores sociais. 3. Ciência política, I, Título, II, Série.

"El capitalismo no puede utilizar como trabajador al representante practico del liberum arbitrium indisciplinado, asi como tampoco puede usar al hombre de negocios que no sabe guardar la apariéncia, al menos, de escrupulosidad."

Max Weber

1. Posto frente ao tema da existência de uma "crise ética" na prática política contemporânea da sociedade brasileira, Wanderley G. dos Santos desenvolve em sua comunicação a hipótese de que ela é geograficamente inespecífica, transcendendo nossa realidade local e ancorando suas raízes mais amplas e universais no descumprimento definitivo do projeto liberal-capitalista de seu objetivo/utopia central, pedra angular de sua ética política: a universalização da propriedade. Erode-se o fundamento ético da ordem capitalista na medida em que se acentua a consciência da impossibilidade de universalizar o acesso à riqueza - na forma dos "bens oligárquicos", tanto quanto dos "bens democráticos" - pela via da maximização de um comportamento ego-utilitário, individual ou corporativo. Por isto, avança Wanderley G. dos Santos, é a própria lógica entrópica da ética utilitária que anuncia, hoje, a provável estreiteza do tempo histórico do capitalismo. E isto porque a ineficácia universalizante do mercado vai acompanhada de uma politização crescente do acesso à propriedade, o que destrói a última possibilidade de uma ética solidária na condução política dos Estados capitalistas contemporâneos.

Donde sua conclusão: dada a incompatibilidade do capitalismo com a ética não utilitária, o próprio utilitarismo destruirá a ordem capitalista, e a ética só se reencontrará com a política quando o poder for socializado e "os seres humanos possam decidir sobre perfis distintos de distribuição da propriedade...".

2. Independente de uma melhor demonstração de sua hipótese sobre o fim do capitalismo, e da viabilidade de sua utopia socializante, W.G. dos Santos avança elementos que nos incitam a uma rediscussão das relações entre a ética e a política, em sua longa e conflitiva trajetória através da modernidade pós-maquivélica.

Para avançar nesta discussão, longe de um debate filosófico ou ideológico sobre os fundamentos universais de uma boa ética, mantendo-nos no plano da política como ciência, impõem-se algumas delimitações preliminares, mesmo quando ligeiras.

Em primeiro lugar, parece-nos útil distinguir entre os planos da ética individual e da ética de grupos, ou numa linguagem weberiana, entre uma "ética de convicção" e uma "ética de responsabilidade", incluindo-se, neste segundo plano, não só as ações fundadas nas razões de Estado, bem como aquelas levadas a cabo em nome de grupos ou sub-grupos, partidos, classes, corporações, entre outros. Planos, éticas e comportamentos raramente coadunáveis, implícitos no conflito secular entre a moral e a política. Menos importante, mas talvez útil para pensar situações concretas, próximas à nossa reflexão, é ainda a distinção entre ações privadas de indivíduos "públicos" e ações destes mesmos indivíduos, enquanto representantes de grupos ou sociedades, isto é, enquanto políticos.

Em segundo lugar, deve-se ter presente o diferenciado elenco de concepções e práticas utilitárias cabíveis no espaço-tempo intelectual e histórico que vai de Bentham e Mill até um Rawls, por exemplo. Mas, sobretudo, não se pode desconhecer que ao extremo do utilitarismo individualista e hedonístico é possível contrapor várias versões utilitárias "corrigidas" por transcendência religiosas ou ideológicas.

Por fim, é imprescindível sublinhar o fato de que foram, e ainda são, várias as éticas que organizaram a vida individual e a prática política das sociedades capitalistas que se constituíram a partir do séc. XVI. Sendo que, nem sempre, nestas sociedades as éticas individuais e grupais tiveram a mesma fundamentação ou se casaram de forma virtuosa, apesar de que só quando o fizeram, em nossa opinião, foi possível reconhecer e sancionar um comportamento "ético" no plano político. Apenas aí lograram as várias sociedades somar o rigor na sanção à imoralidade individual ao rigor no controle da ética grupal ou pública.

3. Esta particular convergência parece-nos haver assentado sua excepcionalidade em alguns supostos históricos e sociológicos não generalizáveis:

- i) a existência cultural de algum discurso religioso ou ideológico, suficientemente hegemônico para assegurar o auto-controle dos indivíduos em suas vidas privadas e/ou públicas;
- ii) a supremacia incontestada de um projeto coletivo para a "polis", amplamente sustentado pelo acordo das elites e pela lealdade do povo, e, por isto, capaz de definir valores imperativos no uso do poder e no controle permanente de seus desvios;
- iii) a convergência e complementariedade, num mesmo tempo e num mesmo espaço dos dois códigos morais, qualquer que fosse a sua fundamentação filosófico-doutrinária.

4. M. Weber retratou como tipo social, ou como feliz percepção de uma certa época do desenvolvimento capitalista, o que teria sido uma das realizações perfeitas do que acabamos de dizer: a convergência germinal entre o protestantismo (enquanto ética individual ou de convicção) e o espírito do capitalismo (enquanto fundamento da ética de grupo ou de responsabilidade).

Mas sobretudo, como é sabido, Weber percebeu a verdadeira importância e o lugar da ascese individual, ainda quando utilitária, na constituição do espírito capitalista. Condensou, assim, na forma mais sintética e brilhante, o paradoxo ético capaz de viabilizar o capitalismo: "el ascetismo laico del protestantismo, podemos decir resumiendo, actuaba con la máxima pujanza contra el goce despreocupado de la riqueza y estrangulaba el consumo, singularmente el de artículos de lujo; pero, em cambio, em sus efectos psicologicos, destrui todos los frenos que la ética tradicional ponía a la aspiración a la riqueza, rompía las cadenas del afán de lucro desde el momento que no solo lo legalizaba, sino que lo consideraba como precepto

divino. La lucha contra la sensualidad y el amor a las riquezas no era una lucha contra el lucro racional, sino contra el uso irracional de aquellas..." (M.Weber, 1979, p. 242).\*

O comportamento utilitário e maximizante, ao nível do mercado, aparece necessário e estritamente moral, desde quando submetido ou regulado por objetivos (no caso religioso) que transcendem e independem do próprio mercado. Neste ponto, aliás, o realismo de Weber parece aproximá-lo de Maquiavel, quando afirma que "el empresário burgues podía e debía guiarse por su interes de lucro, si poseia la consciencia de hallarse en estado de gracia y de sentirse visiblemente bendecido por Dios...", sendo que "además el gran poder del ascetismo religioso ponía a su disposicion trabajadores sobrios, honrados, de gran resistencia y lealdad para el trabajo, por ellos considerado como um fin de la vida querido por Dios." (M.Weber, idem, p. 252).

Genial, Weber captou o caráter propulsor do aparente paradoxo. Para ele maximização utilitária e auto-contenção não eram necessariamente excludentes e continuam em sua contradição uma força germinal decisiva para o que chamou de "época heródica del capitalismo" (idem, p. 233). No coração do paradoxo, sua hipótese clássica: a ação decisiva, para a auto-contenção ascética dos indivíduos e de certos grupos - trabalhadores e empresários - das várias religiões "puritanas", constituídas a partir do movimento da Reforma.

(\*) Todas as citações de Weber foram extraídas de: La Ética Protestante y el Espíritu del Capitalismo, ed. Península, Barcelona, 1979.

5. Aqui, talvez seja útil, uma breve releitura de alguns aspectos geralmente pouco destacados da argumentação da "Ética Protestante". Ainda que lhe dê menos relevo, Weber não desconhece o recorte nacional das novas religiões, e portanto seu íntimo parentesco com os processos simultâneos de afirmação dos novos Estados e mercados nacionais. Por outro lado, ao reconhecer aí um momento heródico do capitalismo, Weber antecipa ou permite a hipótese sobre a existência de outros momentos menos dramáticos da história das sociedades capitalistas, onde, talvez, não se faça tão premente a existência de uma ética guerreira. O próprio Weber nos dirá que "en todo caso, el capitalismo victorioso no necesita ya de este apoyo religioso, puesto que descansa en fundamentos mecanicos", como é o caso dos Estados Unidos da América, onde "el afan de lucro, ya hoy exento de su sentido etico-religioso, propende a asociarse con pasiones puramente agonales, que muy a menudo le dan un carater en todo semejante al de un deporte" (idem, p. 259).

Implicitamente, Weber reconhece a existência de diferentes exigências éticas no tempo e no espaço. Ainda mais, sugere a possibilidade de um deslocamento entre a ética individual e a ética coletiva, terreno sobre o qual não avança, apesar de reconhecer sua imprescindibilidade, quando recomenda ao final de sua obra que "convendría mostrar el alcance que el racionalismo ascetico posee para la etica político-social, es decir, para la organizacion y funcionamiento de los grupos sociales desde el conventiculo al Estado" (idem, p. 260).

Tendo em conta as observações de Weber, e outras tantas que a história lhe somou, parece-nos possível associar as várias éticas assentadas na idéia do auto controle - as "éticas guerreiras" - aos momentos "heródicos" de constituição dos Estados e dos Mercados Nacionais. Cremos, ainda mais, que seja possível estender esta mesma exigência para todos os momentos de crise, catástrofes o grandes arrancadas econômicas, impulsionadas pela idéia da grandeza ou potência nacional. Nesses momentos históricos o utilitarismo ascético se transfigura ou se complementa ao

nível da "polis" - "desde el conventículo al Estado" - em uma ética assentada no interesse comum de um projeto nacional ou imperial. Sendo que não é difícil reconhecer na história posterior a Weber vários sucessos capitalistas que fundaram o seu próprio ascetismo individual no projeto da Grande Potência, mais do que em discursos religiosos de variado matiz puritano. Mas é difícil desconhecer que estes projetos foram tão mais consistentes quanto mais casados e respaldados estiveram por religiões nacionais hegemônicas.

Assim o utilitarismo, implícito na lógica do mercado, pôde assumir formas ascéticas associando-se ora a uma ética político-social assentada na idéia/utopia de nação - potência - em geral nos capitalismo tardios - ora a uma ética coletiva liberal-utilitária, - em particular, nos países anglo-saxões.

Sendo que, vários casos históricos pode-se identificar, como mecanismos e instrumentos promotores do auto-controle, não só o ascetismo religioso mas também: a repressão partidária ou estatal; a força de lideranças carismáticas; a ação implacável e destrutiva das crises e das guerras, e paradoxalmente, a própria ação organizadora e disciplinadora dos partidos do trabalho ou reformistas, querendo avançar eleitoralmente, no passado, e, ajudando a estabilizar as economias capitalistas em crise, no presente.

7. Mas Weber também temia pelo capitalismo esvaziado do ascetismo pela perda do apoio religioso. Fenômeno próprio da fase "vitoriosa" e "mecânica" do capitalismo. Neste caso, dizia, "nadie sabe quien ocupará en el futuro el astuche vacio, y si al termino de esta extraordinária evolucion surgirán profetas nuevos y se asistirá a un pujante renacimiento de antiguas ideas e ideales; o si, por el contrario, lo envolverá todo una ola de petrificación mecanizada y una convulsa lucha de todos contra todos". (idem, p. 259).

Não há evidências, contudo, de que este seja o rumo inevitável das sociedades capitalistas. Seus tempos,

seus projetos nacionais e suas éticas coletivas foram e são distintos, como é distinto o peso em cada uma delas do passado/presente religioso ou ideológico não utilitário, ou, pelo menos, não hedonista. Quando sua presença ainda é grande, elas parecem capacitar-se como mecanismos de controle e conversão periódica dos "excessos" do utilitarismo individual ou grupal.

De qualquer maneira há que reconhecer-se o fundamento dessas preocupações, sobretudo quando referidas às sociedades onde o utilitarismo fez-se hedonista no plano individual, coincidindo com a perda de força dos projetos nacionais ou coletivos como sustentáculos da idéia de interesse ou bem comum. É impensável uma ordem - qualquer ordem - ancorada apenas na somatória de mômadas individualistas, egofistas e hedonistas. Mas mesmo as sociedades movidas coletivamente por projetos liberal-utilitários têm sido capazes de corrigir esta perversão entrópica, promovendo surtos de disciplinamento e auto-controle, segmentados e setoriais como é óbvio, como aconteceu recentemente com o "revival" neo-conservador anglo-saxão.

Por isso, não acreditamos no caráter catastrófico do utilitarismo para a sustentação da ordem econômica capitalista. Ela já resistiu a enormes "choques" de imoralidade utilitária e sempre foi capaz de se recompor e permanecer. E isto porque, mesmo nos espaços ocupados pelo utilitarismo sem peias, foi possível ajustar a ética individual à ética política (eliminando a visibilidade da corrupção), sempre e quando a sociedade navegou em ciclos de continuada expansão econômica, ainda quando estes não chegassem a universalizar o acesso a todos os bens, ou mesmo apenas aos "democráticos". Nestas, como em outras situações, o importante foi, e ainda é, manter expectativas positivas, mais, do que promover a posse concreta da riqueza. Neste sentido, o que parece ser certo é que o sistema tem demonstrado uma grande dificuldade de conviver "eticamente" com a prática política, toda vez em que o "espírito do capitalismo" enfrenta-se com dificuldades na sustentação de sua utopia proprietária. O que ocorre a cada uma das suas grandes crises cíclicas, aí incluída a

que estamos vivendo. Agravada esta, pela erosão inconteste e simultânea da utopia alternativa - socialista - (velha e necessária companheira de viagem?) fundada na ética do trabalho.

8. O Brasil também vive estes "ciclos de desconforto ético". Mas, ao contrário de W.G. dos Santos, acreditamos que eles possuam uma enorme especificidade. Uma especificidade que atualiza, aqui sim, no Brasil, a sua principal preocupação.

Nesta direção, mas sem podermos ser exaustivos, destacaríamos como seus traços principais:

- i) a inexistência de uma hegemonia cultural religiosa indisputada, e ainda menos, de caráter puritano. O que permitiu ao utilitarismo, na forma de uma ética individual hedonista, avançar pari passu com a industrialização sobre um mundo sem "muralhas de contenção";
- ii) a ausência de um projeto nacional-capitalista igualmente hegemônico, mesmo entre as classes dominantes. Este, quando se esboçou, o fez na forma de um nacionalismo-populista, diametralmente anti-ascético; ou na forma de um autoritarismo tecnocrático, com escassa adesão das elites empresariais e nenhuma mobilização popular;
- iii) a ausência de Partidos fortes representando o mundo do trabalho. Também aqui a contraface de lideranças carismáticas e populistas tem sido a luta de micro-partidos excluídos ou clandestinos, os quais gastaram a maior parte de sua vida lutando para sobreviver como organização. Aspecto que os aproximou muito mais a uma ética da sobrevivência (ou completa falta de ética) do que de uma verdadeira ética, capaz de orientar/disciplinar (no sen-

tido weberiano) o mundo do trabalho;

- iv) na contra-mão de um projeto nacional, militar e tecnocrático, e à sombra de um Estado autoritário, multiplicaram-se os interesses corporativos, perfeitamente utilitários, maximizantes e egocentros, descomprometidos de qualquer projeto coletivo que pudesse fundar a moral das elites políticas, e mesmo o ascetismo exigido às massas trabalhadoras.

9. Por isso, aqui mais do que alhures, o utilitarismo, descomprometido de qualquer barreira religiosa ou ideológica mais sólida, avançou de forma absolutamente predatória sobre o poder do Estado, sem gerar até o momento um projeto consensual e laico, ainda que de raízes utilitárias, capaz de idealizar o "bem comum" dos vários grupos, justificando os auto-controles e abdições necessárias.

Neste ponto reside a gravidade do caso brasileiro. Ela não está na dimensão nem no número de escândalos e imoralidades denunciadas pela imprensa. Não são originais em nossa história, nem tampouco em outras sociedades. Ela está, isto sim, no enraizamento histórico-cultura desta "falta de ética" e na conseqüente dificuldade de superá-la.

Por isto, em nossa hipótese, a soma de um hedonismo coletivo "desregulado" com um utilitarismo corporativo predatório deverá manter-nos, ainda por algum tempo, com o desconforto de uma vida privada e pública desprovida de uma ética coerente ou minimamente consistente. E isto enquanto a sociedade brasileira não dispuser de um projeto coletivo capaz de fundar uma ética que limite ou esconda os abusos públicos e privados, promovidos pela lógica explosiva do utilitarismo sem religião. Princípios imperativos que obrigaram moralmente indivíduos e grupos a "guardar la apariência, al menor, de escrupulosidad" (idem, pg. 56).

10. Neste contexto, fica difícil acreditar na eficácia virtual de qualquer esforço pedagógico que vise disseminar uma ética guerreira ou ascética. Nossa industrialização, extremamente tardia, deu-se já num mundo marcado pelo consumo de massas, não escudando-se em nenhum projeto imperial. Por onde compreenda-se que a mobilização da sociedade tenha sido feita quase sempre em nome da maximização da riqueza e do consumo. Quando a autocontenção não foi lograda apenas pela força, a utopia coletiva foi o próprio hedonismo. Nesta perspectiva parece difícil acreditar na possibilidade de nascimento gradual de uma nova ética coletiva, induzida - na ausência de Partidos Sólidos - a partir de várias vontades locais, populares ou empresariais, agregadas segundo o mito do pluralismo liberal.

Este ego-utilitarismo massivo e precoce, popular e das elites, deixa pouca margem para qualquer utopia que não seja a maximização das vantagens individuais e privadas, ainda quando no manejo de funções e recursos públicos. Numa sociedade capitalista como essa, o mais provável é que a auto-contenção se imponha sempre pela via do autoritarismo ou da catástrofe, surgida na forma de crises econômicas profundas. Longe destas alternativas, a possibilidade de uma ordem ainda que instável requer resultados e se assentará única e pragmaticamente na ética da eficiência. Há que crescer continuamente para manter viva a expectativa popular do acesso aos bens e estabilizar as expectativas das elites empresariais com relação a seus lucros, diminuindo, com isto, a visibilidade e a pressão sobre as elites políticas.

Se nada disso acontecer, aí sim, mais do que alhures, parecem caber as preocupações de Wanderley G. dos Santos sobre a incompatibilidade da ordem capitalista com uma ética hedonista - no Brasil, "desregulada" e massificada.

11. Em síntese, se o capitalismo expandiu-se sustentado em uma lógica utilitária de mercado, o fez regulando este utilitarismo através de vários meios, mas, sobretudo

reerquadrando-o através de projetos coletivos capazes de funcionar o consenso necessário a qualquer ética política. Normalmente, o ascetismo religioso por um lado, e o nacionalismo pelo outro, cumpriram à perfeição estes papéis no desenvolvimento dos capitalismo tardios. No caso brasileiro, a ausência destas duas matrizes institucionais e ideológicas cria um vazlo ético, preenchido permanentemente pelas idéias de eficiência e autoridade, consubstanciadas no objetivo e na inevitabilidade do crescimento econômico permanente e ininterrupto.

Na ausência de crescimento e na impossibilidade transitória de diminuir autoritariamente a visibilidade do mundo das decisões políticas, magnificam-se os aspectos "pouco éticos" do comportamento de certos setores da elite política, alimentando os meios de comunicação e indignando a opinião pública.

Assim mesmo, e ainda que seja penoso reconhecê-lo, acreditamos que esta "indignação ética" da população brasileira esteja apenas substituindo, hoje e temporariamente, seu anseio de eficiência e sua necessidade de uma autoridade que reassegure suas expectativas de vantagens imediatas e individuais. E o que é, talvez, pior: como a eficiência dependente de fatores que escapam ao controle governamental; como ela tampouco, e por isto mesmo, consegue substituir permanentemente o imperativo de objetivos comuns - o mais provável é que esta indignação se transforme em desejo puro e simples de um novo sistema de poder que restaure a ordem em nome de uma disciplina alheia a qualquer transcendência ética.

	Nº de páginas
183. TAUILÉ, José Ricardo. <u>Novos Padrões Tecnológicos, Competitividade Industrial e Bem Estar Social: Perspectivas Brasileiras.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 183).	47
184. LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira; GOMES, Maria Célia. <u>Sistema Financeiro da Habitação: Limites de Expansão de um Sistema Especializado.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 184)	65
185. FERRAZ, João Carlos. <u>A Heterogeneidade Tecnológica da Indústria Brasileira: Perspectivas e Implicações para Política.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 185).	34
186. TIGRE, Paulo Bastos. <u>How Does Latin America Fit Into High Technology?.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 186)	16
187. RUSH, Howard J. <u>Manufacturing Strategies and Government Policies.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 187)	19
188. MACALHÃES, Paulo; SILVEIRA, Caio Márcio L.P. da; MAGALHÃES, Maria Alice E. <u>Programas Governamentais de Autoconstrução no Brasil: Um Estudo Comparativo.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 188)	43
189. PENA, Maria Valéria Junho. <u>O Estado das Informações Sobre a Mulher no Brasil - uma avaliação.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 189)	49
190. TAVARES, Maria da Conceição. <u>A Política Econômica do Autoritarismo.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 190)	15
191. AZEREDO, Beatriz; OLIVEIRA, Pedro Jorge de. <u>Fontes de Recursos para o Orçamento da Seguridade Social.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão 191)	48
192. VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. <u>O Postulado da Obrigação Política e Suas Justificativas Ideológicas na Teoria Clássica.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 192)	43

193. LIMA, Fernando Carlos G.C.Lima, FIORI, Jorge; MAGALHÃES, Paulo; TINOCO, Galeno; ZONINSEIN, Jonas; SILVEIRA, Caio Marcio L.P.da; GOMES, Maria Celia e BASTOS, Carlos M. Sistema Financeiro da Habitação e Programas Habitacionais Alternativos: Diagnóstico e Perspectivas. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 193) 49
194. BATISTA, Jorge Chami. The Conditions for a Foreign Exchange Constrained Economy: A Critique of Joshi's Model. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 194) 16
195. FIORI, José Luís. Brasil: Uma transição democrática com crise orgânica do Estado. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 195) 38
196. TEIXEIRA, Aloisio; AZEREDO, Beatriz; MATSUTANI, Maurício; FAVERET, Paulo; OLIVEIRA, Pedro Jorge de. O financiamento da seguridade social em 1989: novos caminhos, velhos problemas. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. Discussão, 196) 63
197. BATISTA, Jorge Chami. Structural Deficits, The Debt Cycle Hypothesis and the Transfer of Real Resources. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 197) 23
198. PEREIRA, Edgard Antonio e ROMANO, Ricardo. Política Anti-inflacionária e planos de estabilização: a experiência brasileira recente. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 198) 93
199. PROCHNIK, Victor. Programas regionais para modernização e difusão de tecnologia em indústrias tradicionais. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 199) 68
200. OLIVEIRA, Isabel de Assis R.de. O imaginário político do trabalhador na literatura brasileira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 200) 43
201. FIORI, José Luís. Sonhos prussianos, crises brasileiras. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 201) 59
202. MEDICI, André Cezar. Urbanização e Estrutura Ocupacional: Alternativas metodológicas para uma investigação. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 202) 64
203. MELO, Luís Martins de. O programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico da empresa nacional - PADTEN - (1973 - 1988). IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 203) 34
204. SALGADO, Lucia Helena. As propostas de coordenação monetária internacional de Keynes; a institucionalidade ausente de uma economia monetária de produção. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 204) 50

205. LUSTOSA, Tânia Quiles de O. & FIGUEIREDO, José Bernardo B. de. Pobreza no Brasil: Métodos de Análise e Resultados. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 205) 58
206. FIGUEIREDO, José Bernardo. Exportações, consumo pessoal e estrutura de produção: algumas simulações para o Brasil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 206) 72
207. MEDEIROS, Carlos. Reestruturação industrial e conflito distributivo na economia italiana. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 207) 42
208. BATISTA, Jorge Chami e PAULA, Germano Mendes de. Avaliação e perspectivas tecnológicas das empresas estatais produtivas: o caso do setor siderúrgico. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 208) 67
209. FIORI, José Luís. Para uma crítica da teoria do Estado Latinoamericano. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 209) 61
210. PROENÇA, Adriano e CAULLIRAUX, Heitor Mansur. Desintegração integrada: um novo padrão de organização da produção? IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 210) 38
211. HAGUENAUER, Lla. Competitividade: Conceitos e medidas. Uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 211) 38
212. CARVALHO, Fernando J. Cardim de.. Keynes and the long period. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 212). 27
213. EURLAMAQUI, Leonardo. História, Política e Organização do Capitalismo em Keynes. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 213). 59
214. PAIVA, Vanilda. Produção e Qualificação para o Trabalho: Uma Revisão da Bibliografia Internacional. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 214). 74
215. FIORI, José Luís. Ética e política: uma nota apressada. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 215). 14
216. FAVERET FILHO, Paulo e OLIVEIRA, Pedro Jorge de. A Universalização excludente (Reflexões sobre as tendências do sistema de saúde). IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 216). 47